

Ata da 70ª Reunião Ordinária
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC
realizada em 20/09/2012, 5ª feira, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,
Sala dos Conselhos, 6º. Andar Sala 620

Membros Participantes:

1. Sanderson Alberto Medeiros Leitão – **Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e representante suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Carlos Nobre – **Representante Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
3. Elvison Nunes Barros – **Representante Titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
4. Leíza M.M. Dubugras – **Representante Titular da Casa Civil/PR**
5. Mauro César L.B. Ribeiro – **Representante Titular Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / IBGE**
6. João Alencar Oliveira Júnior – **Representante Suplente do Ministério das Cidades**
7. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
8. Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**
9. Demétrio Toledo – **Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**

Outros Participantes:

1. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
2. Jerônima de Souza Damasceno – **Consultora Técnica CGMC/UNESCO**
3. Josana de O. Lima Esser – **Ministério do Meio Ambiente**
4. Léia Garcia Ribeiro - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
5. Luís Fernando Badadhan – **Ministério das Minas e Energia**
6. Luiz Gustavo Vilas Boas de Sena – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
7. Márcio Rojas da Cruz – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
8. Ricardo Morão Alves da Costa – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
9. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

Pauta da reunião:

1. **Aprovação da Ata da 69ª reunião ordinária e da 12ª Reunião Extraordinária da CIMGC.**
2. **Revisão das cartas de aprovação das Atividades de Projeto MDL “Gramacho de Gás de Aterro” – 231/2009 e “Pequena Central Hidrelétrica Angelina” – 211/2008.**
3. **Projeto MDL UHE Jirau.**
4. **Participação do Brasil em Programa de Atividades Internacional.**

1. Abertura da Reunião

O Dr. Sanderson Leitão, Secretário Executivo da Comissão, iniciou a 70ª reunião às 14h10min, dando boas vindas aos participantes e informou que iria inverter a pauta da reunião, começando pelo item 3 – Projeto MDL UHE Jirau, tendo em vista a presença do Consultor Jurídico do MCTI. Todos concordaram. O Consultor Jurídico do MCTI deixou claro ser contra a aceitação do Projeto pela CIMGC por estar fora do prazo. Dra. Sônia do MCTI disse não ter como submeter este projeto na próxima reunião, nem ser aprovado neste ano. Dra. Leísa, Casa Civil, questiona se não houve nenhum precedente. Desta forma, após toda a discussão a respeito do Projeto Jirau, a Comissão decidiu pela não aceitação do pedido de submissão do referido Projeto. Em seguida, passou-se a deliberação sobre a aprovação das Atas da 69ª Reunião Ordinária e da 12ª Reunião Extraordinária que foram aprovadas por unanimidade. Passou-se então ao item 2 da Pauta - Revisão das cartas de aprovação das Atividades de Projeto MDL “Gramacho de Gás de Aterro” – 231/2009 e “Pequena Central Hidrelétrica Angelina” – 211/2008, a Comissão decidiu que o projeto deverá ter nova submissão. Passou-se ao item 4 – “Participação do Brasil em Programa de Atividades Internacional” - a Comissão tomou conhecimento da solicitação da empresa SoWiTec com relação à orientação sobre os procedimentos necessários para inclusão do Brasil como “Host Country em PoA que inclui vários países da América Latina” e informou que irá avaliar o assunto e posteriormente emitirá resposta.

2. Deliberações sobre os projetos em análise:

352/2012 – Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos. A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender a seguinte exigência:

a) Considerando o fato de o processo de envio das cartas-convite a comentários não ter atendido as normas do Artigo 3º, da Resolução nº 07 da CIMGC, deve-se realizar reunião pública presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto em questão. Nesta reunião o projeto deverá ser apresentado aos participantes mencionando-se, inclusive seus impactos positivos e negativos. Deve-se ainda, possibilitar aos participantes a oportunidade de expressar suas opiniões, fazer questionamentos e apresentar sugestões, que deverão constar na ata da reunião. Esta deverá ser assinada por todos os presentes. **Ressalta-se que a Ata da reunião deve ser incorporada ao Relatório de Validação (versões em inglês e português) que deverá ser submetido à CIMGC.**

353/2012 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais. – A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

355/2012 – Projeto de Compostagem AWMS – A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

360/2012 - Projeto de Biogás de Aterro para Energia em Natal – A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

365/2012 - Atividade de Projeto do Complexo de Energia Eólica do Rio Grande do Norte e Ceará - A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

328/2012 - Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I - A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

340/2012 - Atividade de Projeto do MDL da Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

- a) A Consulta Pública presencial foi realizada, conforme solicitado. Entretanto as Atas das reuniões não foram anexadas ao Relatório de Validação (versões em inglês e português).
- b) Solicita-se esclarecimento sobre o fato de não ter havido mudança na versão do Documento de Concepção do Projeto (PDD/DCP) apesar da inclusão das informações referentes às Reuniões Presenciais. Observou-se que houve apenas mudança de data.

356/2012 – Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas no Rio Braço do Norte - A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

- a) O PDD e o DCP apresentam o mesmo número de versão (versão nº 5), mas com datas diferentes, **29/08/2012 e 24/08/2012**, respectivamente.
- b) O Relatório de Validação apresenta trechos escritos em inglês e o *Validation Report*, trechos escritos em português.
- c) A numeração de páginas no índice no Relatório de Validação e no *Validation Report*, não corresponde à numeração de páginas no texto.
- d) O *Validation Report* não contém assinatura do responsável pela validação.
- e) O item 3.10 (Consulta Pública Local) no Relatório de Validação e no *Validation Report*, afirma que as cartas-convite enviadas aos atores locais, atendeu a resolução nº 7 da AND brasileira. Está informação não é verdadeira, uma vez que a Consulta Pública Local não atendeu ao disposto no Parágrafo Primeiro do art. 3º da Resolução nº 7 da CIMGC.
- f) No 4º parágrafo do Relatório de Validação (versão em português) foi informado que a **consulta pública presencial** ocorreu em 2011.
- g) A Ata da Reunião Pública Presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto em questão, assinada por todos os participantes, não foi incorporada ao *Validation Report* e ao Relatório de Validação, conforme solicitado pela CIMGC por meio do Ofício MDL 637/2012/CIMGC.
- h. Não se encontra na **documentação eletrônica**, enviada pelo proponente, a Licença de Operação da PCH Nova Fátima nº 5618/2012.

3. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial em 19 de julho de 2012.

366/2012 – Projeto MDL das PCHs Jorge Dreher e Henrique Kotzian – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

- a) o campo “Data desta revisão” (*Date of this ver.*) na página 2 do Relatório de Validação (em inglês e em Português) não foi preenchido. Solicita-se correção;
- b) o relatório de validação conclui: “o projeto, como foi descrito na documentação do projeto, está em consonância com todos os critérios aplicáveis para a validação” (páginas 32 e 33 das versões em português e inglês, respectivamente). Não especifica, contudo, a qual versão e data do PDD/DCP faz referência. Solicita-se correção;
- c) apresentar o relatório de validação (versão em inglês) contendo assinatura do responsável pela validação;
- d) as contribuições para o desenvolvimento sustentável, conforme apresentadas no Anexo III, não são satisfatórias e precisam ser revisadas levando-se em consideração os seguintes aspectos:
 - no tocante à contribuição para a sustentabilidade ambiental local, deve-se avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto;
 - no tocante à contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos, deve-se avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis. Avaliar, também, o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com um cenário de referência (ausência do mesmo);
 - no tocante à contribuição para a distribuição de renda, deve-se avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência (ausência do mesmo);
 - no tocante à contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico, deve-se avaliar o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Avaliar também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional;
 - a contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores pode ser medida a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação.

e) nas Atas de Reunião do Conselho de Administração nº11 da BME - Rincão do Ivaí Energia S.A. e de Reunião do Conselho de Administração nº11 da BME - Capão da Convenção Energia S.A. consta informação de que os membros do Conselho destas empresas deliberaram, em 23 de agosto de 2011, por prorrogar o mandato de Diretor de Argeu Pedratti. Não consta, entretanto, informação sobre a duração do mandato, impossibilitando verificar se o mesmo encontra-se vigente. Solicita-se encaminhar cópia do Estatuto Social das Empresas, com últimas alterações, registrado na Junta Comercial ou documento equivalente que comprove a legitimidade de Argeu Pedratti para representar as referidas empresas.

f) solicita-se a correção da unidade da densidade de potência apresentada nas tabelas 1 e 2 do Documento de Concepção do Projeto, substituindo o termo MW/m2 por MW/Km2 ou W/m2.

367/2012 – Usina Eólica Pelado– A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) O título do projeto informado no DCP (“Usina Eólica Pelado”) difere do título que consta no Relatório de Validação (“Parque Eólico Pelado”).

b) O PDD e o DCP (página 3 em ambos) indicam, erroneamente, o Reino Unido como Parte Anfitriã da Atividade de Projeto.

c) O Relatório de Validação (inglês e português) refere-se **à versão 03 do PDD**, enquanto que a versão do PDD objeto deste parecer é a de número 4.0, de 13/03/2012.

d) Informar se existem Licenças de Instalação e Operação, apresentando respectivas cópias, haja vista que não se encontram nos documentos complementares e a Licença Prévia apresentada expirou em 12/05/2012.

e) No terceiro parágrafo do item D.2 do DCP, o proponente afirma “as seguintes medidas de mitigação serão tomadas para diminuir os principais impactos ambientais e para beneficiar mais a sociedade” e, sem indicar nenhuma medida, prossegue “Estas ações foram realizadas de acordo com as atividades solicitadas pelo IDEMA”, então pede-se que complemente a informação, descrevendo as respectivas medidas e ações.

f) No Anexo III, item B, é desejável explicitar na medida da disponibilidade dos dados, a quantidade estimada de empregos diretos e indiretos decorrentes da implantação da atividade do projeto.

g) No Anexo III, item D, entende-se como pertinente reavaliar o trecho “Entretanto, no Brasil experiências com energia eólica estão muito atrás se comparadas ao conhecimento europeu ou norte-americano no assunto”. A expressão grifada não condiz legitimamente com a realidade dos esforços do Governo Brasileiro na inserção da Energia Eólica de forma representativa na Matriz Elétrica, bem como dos estímulos à indústria nacional do setor.

368/2012 – Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Gabriela e Planalto – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) A versão 05.2.1 da Ferramenta para a demonstração e avaliação de adicionalidade encontra-se vencida desde 25 de julho de 2012. Solicita-se atualização.

b) Dentre os avisos de recebimento enviados, apenas dois apresentam o registro da data de envio. Solicita-se encaminhar os demais.

c) Encaminhar à Secretaria Executiva da CIMGC cópias dos contratos sociais das empresas participantes do projeto de modo a se verificar a legitimidade das assinaturas constantes das declarações obrigatórias enviadas.

d) O Anexo III mostra de forma subjetiva as contribuições do projeto para a sustentabilidade ambiental local e para a capacitação e desenvolvimento tecnológico. Estando, portanto, insatisfatório.

e) No Anexo III – Item B, é desejável explicitar como a atividade de projeto irá contribuir para o desenvolvimento das condições de trabalho, sendo igualmente pertinente informar na medida da disponibilidade dos dados, a quantidade estimada de empregos diretos e indiretos decorrentes da implantação da atividade de projeto.

f) No Anexo III – Item E - Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores, solicita-se: avaliar e reescrever a frase “geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um centralizado. A integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada conectada à rede diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia..”. Considerar na análise:

- Uma PCH conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia.
- A geração por diversas PCHs não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única usina hidrelétrica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente.
- Abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

369/2012 – Redução de emissões de GEE na produção de suínos através da instalação de sistemas de compostagem – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) Enviar documento que comprove a legitimidade do Sr. Weigert Machado como representante legal da ADD Engenharia Consultoria e Participações Ltda.

b) Adequação do número de animais das Granjas Betiolo, Santa Madre Paulina, Lauri Cherini e Jederson Marchetti, uma vez que o número informado no DCP é diferente do autorizado nas licenças ambientais.

370/2012 – Projeto de MDL DAS Pequenas Centrais Quartel I, II, e III – A Comissão manifestou parecer para **aprovação**.

371/2012 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica do Salto do Cafesoca – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) Reapresentar o PDD e o DCP após revisão completa quanto à representação numérica, observando o uso de ponto (.) como separador de milhares e vírgula (,) como separador da parte decimal, no caso da língua portuguesa (DCP). Na versão em inglês (PDD), deve-se empregar a vírgula (,) como separador de milhares e ponto (.) como separador da parte decimal.

b) As versões em português e inglês do Relatório de validação foram apresentadas na forma de esboço, contendo, inclusive, destaques de revisão em amarelo. Além disso, a numeração de páginas indicada no índice da versão em português não corresponde ao real. Reapresentar os documentos após efetuar as correções.

c) Considerando o fato de o processo de envio das cartas-convite a comentários não ter atendido as normas do Artigo 3º, da Resolução nº 07 da CIMGC, deve-se realizar reunião pública presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto em questão. Nesta reunião o projeto deverá ser apresentado aos participantes mencionando-se, inclusive seus impactos positivos e negativos. Deve-se ainda, possibilitar aos participantes a oportunidade de expressar suas opiniões, fazer questionamentos e apresentar sugestões, que deverão constar na ata da reunião. Esta deverá ser assinada por todos os presentes. **Ressalta-se que a Ata da reunião deve ser incorporada ao Relatório de Validação (versões em inglês e português) que deverá ser submetido à CIMGC.**

d) Apresentar documentos que atestem os Senhores Guilherme Beltrão Almeida e Robert D. Klein como representantes legais da Sociedade Amapaense de Produção de Energia Elétrica Ltda. – SAPEEL e da Voltalia Energia do Brasil Ltda., respectivamente.

e) Solicita-se encaminhar as licenças ambientais da PCH Salto Cafesoca, suas renovações e quaisquer outros documentos pertinentes que atestem conformidade com a legislação ambiental.

372/2012 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP) – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) Na versão em inglês do Documento de Projeto (PDD), item C.2.1.1, há a frase “The crediting period will **star** on January 1st, 2012, or on the date of CDM project registration, whichever is later.” Deve-se alterar o termo em negrito para “**start**”.

b) O Relatório de Validação (versões inglês e português) refere-se à versão 2 do PDD, de 18/02/2012, enquanto que a versão do PDD enviada para análise da CIMGC é a de nº 3, de 19 de junho de 2012.

c) O Relatório de Validação (versão em português) apresenta diversas páginas, inclusive capa, com a frase “Erro! Fonte de referência não encontrada”.

d) O Relatório de Validação (versão em português) apresenta em todas as páginas, a inscrição “Relatório de Vali”, ao invés de “Relatório de Validação”.

e) O Relatório de Validação (versão em português), apresenta marcação de parte do texto em amarelo.

f) O Relatório de Validação (versão em inglês) não apresenta assinatura do responsável pela validação.

g) Reapresentar o Anexo III com as seguintes alterações:

- no item (a), o Anexo III deve ser mais objetivo quanto a avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciadas pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Ademais, neste item, o Anexo III afirma que a empresa Galheiros Geração de Energia S.A. desenvolverá o Programa Básico Ambiental – PBA, destinado a suprir deficiências de infraestrutura econômica e social, e diminuir os problemas urbanos e ambientais do município de São Domingos, em particular, e do estado de Goiás, em geral; compreendendo subprogramas. Entretanto, os subprogramas apresentados contribuem para a mitigação de impactos ambientais locais, mas os mesmos devem ser justificados apresentando uma comparação com um cenário de referência;
- no item (c), o Anexo III afirma que o projeto contribui com a distribuição de renda pela a maior disponibilidade de energia elétrica, a qual promove o aquecimento da economia local e da indústria nacional, que por sua vez está atrelado ao fornecimento de equipamentos e às obras civis realizadas. Porém, a energia gerada será disponibilizada ao SIN e não diretamente ao município, sendo que os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda não é clara na afirmação;
- no item (d), o Anexo III traz as seguintes alegações: “Atualmente, existem no país várias empresas especializadas em oferecer condições técnicas tanto no fornecimento de obra civil, quanto na fabricação e montagem de equipamentos com a mais avançada tecnologia e preços competitivos. Portanto, a seleção da alternativa mais apropriada que atenda aos requisitos ambientais, sociais e econômicos estabelecidos no projeto representa a capacitação e o desenvolvimento tecnológico do setor.” O argumento apresentado não é suficiente para avaliar o grau de inovação tecnológica do projeto em relação a um cenário de referência e às empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Também não avalia a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional;

- no item (e), é informado no Anexo III que: “O aumento da disponibilidade de energia elétrica é o ponto chave para contribuição da integração regional e articulação com outros setores. A melhoria no suporte elétrico traz segurança para investimentos na região e favorece a instalação de novas indústrias e empreendimentos que dependem prioritariamente de um fornecimento de energia seguro e constante. A integração regional e a articulação com outros setores se dão pela contratação de serviços especializados e pelo desenvolvimento de melhores tecnologias, que podem estar disponíveis tanto localmente, como em outras regiões. Portanto, a integração regional e a articulação com outros setores promovida pela eficiência energética impulsionam a economia local e regional, influenciando de forma positiva na região envolvida pelo projeto”. Devido ao fato da energia gerada ser disponibilizada ao SIN, a disponibilidade de energia elétrica não necessariamente ocorrerá localmente. Para que na região seja favorecida pela instalação de novas indústrias e empreendimentos que dependem prioritariamente de um fornecimento de energia seguro e constante, seriam necessários investimentos em linhas de distribuição de energia elétrica que não estão contemplados no projeto. O incremento da disponibilidade de energia elétrica se configura mais como uma contribuição para o país do que regional. Os benefícios citados se configuram mais como integração com atividades econômicas do país do que socioeconômicas na região de sua implantação.

h) Foram apresentadas, em meio impresso, as Declarações de Indicação do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva; de Conformidade com a legislação ambiental; e de Conformidade com a legislação trabalhista. Entretanto:

- as declarações foram assinadas apenas pelos representantes da empresa Galheiros Geração de Energia S.A., faltando, portanto, a assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Zeroemissions do Brasil Ltda;
- cópias das declarações, com as devidas assinaturas, não foram enviadas também por meio eletrônico, conforme exigência da CIMGC;
- não consta na documentação encaminhada à CIMGC, tanto em meio impresso como meio eletrônico, a documentação que comprova a legitimidade de Emilio Rodriguez-Izquierdo Serrano como representante legal da empresa Zeroemissions do Brasil Ltda.;
- não consta na documentação encaminhada à CIMGC, em meio impresso, a documentação que comprova a legitimidade de Fábio Makhoul e de Juan Carlos Castagnino como representantes legais da empresa Galheiros Geração de Energia S.A.;
- não consta o número do telefone e o e-mail de Fábio Makhoul na Declaração que o designa como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC.

i) Foram apresentadas por meio impresso cópias das Licenças de Instalação (LI 2392/2011, válida até 19/09/2013) e de Funcionamento (Licença 905/2012, válida até 19/04/2013) do empreendimento. Faltou apresentar cópia das mesmas em meio eletrônico.

j) De acordo com o PDD a atividade de projeto em questão consiste na operação de uma usina hidrelétrica a fio d'água denominada Pequena Central Hidrelétrica Galheiros, instalada no Rio Galheiros que pertence a sub-bacia de São Domingos. A Declaração de Conformidade Ambiental apresentada à CIMGC refere-se ao Projeto Hidrelétrica São Domingos II, localizado na cidade de São Domingos-GO. Desta forma, solicita-se a correção da referida Declaração, relacionando este documento com a PCH Galheiros e não com outro empreendimento hidrelétrico.

373/2012 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca – A Comissão deliberou pelo **cancelamento** da sua submissão, considerando:

a) o disposto no inciso III, do art. 3º, da Resolução nº 1 da CIMGC, de 11 de setembro de 2003, o qual determina que para obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso, “o relatório de Entidade Operacional Designada, autorizada a operar no país, conforme o art. 4ª, de validação da atividade de projeto na forma a ser submetida ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em português” (grifo nosso); e

b) que consta na documentação da atividade de projeto, ora em análise, apenas um *draft* do relatório de validação, cuja informação apresentada na página 30, no item referente à Opinião de Validação (“O resumo da validação será emitido no decorrer do relatório de validação final”) permite inferir que a validação ainda não foi finalizada.

374/2012 – Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica São Sebastião – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) encaminhar o Relatório de Validação (versão em inglês) contendo a assinatura do responsável pela validação;

b) encaminhar as declarações de conformidade com a legislação ambiental, de conformidade com a legislação trabalhista e de designação do responsável para contato com a Secretaria Executiva da CIMGC em papel timbrado, conforme determina o art. 5º da Resolução nº 3 da CIMGC;

c) o título do item A.4.2 (categoria da atividade de projeto) do DCP não está traduzido para o português. Solicita-se correção.

375/2012 – Geração de eletricidade a partir de fonte eólica conectada ao sistema elétrico no âmbito do Programa de Atividades no Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) O PoA-DD (versão em inglês) contém trechos a serem completados com o nome do projeto e outras informações como no seguinte exemplo:

Item B.2.I (p.10): “*Outcome: applicable to the present Programme of Activities. Applicable to the present Programme of Activities and to the [PLANT(S) NAME(S)], a [GREENFIELD, RETROFIT, REPLACEMENT or CAPACITY ADDITION], measure type, as part of the Component Project Activity. All CPAs included in the PoA shall be connected in the National Interconnected System (Sistema Interligado Nacional, in Portuguese), grid on which the calculation of the Combined Margin Emission Factor is calculated in the context of the present Programme.*” O mesmo ocorre diversas vezes em várias partes do documento, sendo necessária uma revisão completa.

b) O PoA-DD (versão em português) contém trechos a serem completados com o nome do projeto e outras informações como no seguinte exemplo:

Item B.5.A (p.24): “A [NOME DA PLANTA] Usina Eólica está localizada na [NOME DA CIDADE], [NOME DO ESTADO] estado, [REGIÃO DO BRASIL] região do Brasil e conectada ao Sistema Interligado Nacional do Brasil (SIN).” O mesmo ocorre diversas vezes em várias partes do documento, sendo necessária uma revisão completa.

c) O parágrafo sobre “Evidências Verificáveis”, do item D.5.B (p.15), do CPA01 (versão em português), está com trecho não traduzido, ficando parte da frase em Português e parte em Inglês.

d) O Formulário F-CDM-CPA-DD (versão 02.0) usado na tradução do “Component Project Activities Design Document (CPA-DD)” não corresponde à versão usada no texto em inglês. Veja, por exemplo, o cabeçalho da tradução do CPA.

e) O Anexo III mostra de forma pouco clara as contribuições do PoA para o desenvolvimento sustentável, necessitando ser revisto nos seguintes aspectos:

- Os aspectos apresentados como contribuição à sustentabilidade ambiental local são insatisfatórios. O Anexo III traz afirmações que se referem a contribuições para o país e não para a localidade onde o CPA-01 será implantado, ou seja, local. Este item deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciadas pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal avaliação não foi apresentada.
- Os aspectos apresentados como contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos são insatisfatórios. Este item deve avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis, bem como avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. O Anexo III não apresenta os compromissos do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis. Embora ele apresente argumentos qualitativos de empregos (diretos e indiretos), uma análise quantitativa e um cenário de referência para comparação não são apresentados.

- Os aspectos apresentados no Anexo III como contribuição para a distribuição de renda são insatisfatórios. Este item deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência. O Anexo III apresenta benefícios para a população em geral, e não específica para populações de baixa renda. Também não apresenta um cenário de referência. Por exemplo, é afirmado, entre outras coisas, que “*Com aumento da oferta de emprego na região e aumento de benefícios fiscais, há uma contribuição para melhores condições de saúde e educação, o que contribui diretamente para uma melhor distribuição de renda local*”. A afirmação precisaria estar relacionada à região de implantação do CPA-01 destacando benefícios socioeconômicos à população de baixa renda em relação, sendo que é generalista para população em geral e região, sem apresentar o cenário de referência.

- Os aspectos apresentados como contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico são insatisfatórios. Neste item deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve ser avaliada também a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, avaliando, ainda, a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional. O Anexo III não apresenta o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Embora haja a afirmação que será necessária assistência técnica internacional, a origem dos equipamentos e a existência de royalties e de licenças tecnológicas não são abordadas.

376/2012 – Projeto de biogás para energia Constroeste – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender a seguinte exigência:

a) É informado pelo participante a pretensão de iniciar as atividades do projeto “somente após o registro bem sucedido do projeto proposto como uma atividade do projeto do MDL pela UNFCCC. De acordo com o cronograma inicial provisório, a previsão de que isso ocorra é dezembro de 2012”. Ocorre um erro na apresentação das datas no DCP. Na versão em inglês, lê-se “01/12/2012” (data correta); e na versão em português lê-se “12/01/2012”. Pede-se retificação.

377/2012 – Projeto Carbonização-Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da V&M Florestal, Minas Gerais, Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) A tradução do PDD informa versão incorreta da Ferramenta para demonstração e avaliação da adicionalidade. O PDD traz informação de versão 06.0.0 enquanto o DCP traz a informação de versão 05.2.1. Solicita-se correção.

b) O Relatório de Validação (versão em português) apresenta várias vezes, no decorrer do texto, a expressão “**Erro! Indicador não definido**”. Solicita-se correção.

c) O Relatório de validação (página 51 da versão em inglês e 53 da versão em português) apresenta frase que não se aplica ao processo de validação: *Please do not delete the Bookmark named “numPages” on this last page in the report. 2. o0o*. Solicita-se correção.

d) O Relatório de validação (versão em inglês) enviado à CIMGC deve ser o mesmo que será submetido ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (art. 3º, inciso III, da Resolução nº1 da CIMGC), contendo, inclusive a assinatura do responsável pela validação.

e) O Anexo III **não** mostra de forma clara e objetiva, as contribuições específicas que a atividade de projeto poderá trazer para o desenvolvimento sustentável local. O documento trazido pelos proponentes é um documento institucional, geral, voltado para todas as atividades que o respectivo grupo empresarial vem desenvolvendo no país. Embora sejam atividades bastante relevantes sob o ponto de vista ambiental, o documento apresentado não traz as informações específicas sobre as contribuições a serem trazidas pela atividade de projeto. Solicita-se enviar à CIMGC o anexo III elaborado de acordo com instruções disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/320869/Contribuicao_para_o_Desenvolvimento_Sustentavel.html.

378/2012 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Maracanã – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) A versão do DCP apresentada à CIMGC é a de nº 1, de 08/05/2012 e a do PDD é a de nº 2, de 08/05/2012. Reapresentar o DCP após revisão completa da tradução do texto original para o português, respeitando a versão do documento que foi realmente validada pela EOD. Deve-se contemplar, inclusive, nas indicações numéricas, o uso de ponto (.) como separador de milhares e de vírgula (,) como separador da parte decimal.

b) A tradução do *Validation Report* para o português deve ser totalmente revista e reapresentada à CIMGC. Existem vários erros de tradução, inclusive no uso de ponto e vírgula nas indicações numéricas e no título da atividade de projeto (ex.: *Pequena Central Hidrelétrica Pequena Central Hidrelétrica Maracanconforme*).

c) O Anexo III demonstra de forma não satisfatória as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável nos itens a, b e c, a saber:

- **Contribuição para a sustentabilidade ambiental local** – Este item deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciadas pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal comparação com um cenário de referência não foi apresentada. O Anexo III

compara os impactos de PCHs com grandes hidrelétricas, citando algumas vantagens, sem apresentar quais seriam as contribuições para a sustentabilidade local. São apresentados alguns programas que serão desenvolvidos para satisfazer exigências legais ambientais do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), além de atender às exigências de legislações ambientais complementares estaduais e do setor elétrico brasileiro. Atender a requisitos legais é condição mínima necessária, para qualquer tipo de empreendimento, não significando necessariamente contribuição para a sustentabilidade local.

• **Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos** – Este item deve avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. O Anexo III apresenta tal avaliação ao estimar a criação de 300 empregos durante o período de construção e que haverá a criação de postos de trabalho formais, que na ausência do projeto não seriam abertos. Entretanto, deveria apresentar, também, o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis.

• **Contribuição para a distribuição de renda** – Este item deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência. O Anexo III considera que a implantação da PCH Maracanã beneficiará os moradores da região que, indiretamente, obterão melhoria de renda devido à arrecadação de diversos tipos de impostos. Tal consideração é genérica para moradores da região, isto é, não identifica benefícios socioeconômicos em relação a um cenário de referência. O Anexo III afirma também que o projeto contribui com a distribuição de renda pela maior disponibilidade de energia elétrica, a qual promove o aquecimento da economia local e da indústria nacional, que por sua vez está atrelado ao fornecimento de equipamentos e às obras civis realizadas. Porém, a energia gerada será disponibilizada ao SIN e não diretamente ao município, sendo que os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda não é clara na afirmação.

d) Apresentar documentos que atestem os Senhores Roberto Anselmo Rubert e Clóvis Badaró como representantes legais da Maracanã Energética S.A. e da Carbon do Brasil Consulting Empresarial Ltda., respectivamente.

e) No DCP e PDD informa-se que a estimativa total de reduções é de 120.281 tCO₂e, para um período de creditação de 7 anos, obtendo-se média anual de estimativa de reduções de 17.183 tCO₂e. Nos relatórios de validação, em todos os pontos em que há citação de estimativa total de reduções, o valor mencionado é 171.830 tCO₂e, para os mesmos 7 anos, persistindo a mesma média anual de reduções: 17.183 tCO₂e – o que mostra que um dos três valores está incorreto: a redução total, a redução anual ou o período de creditação. Solicita-se correção dos relatórios de validação.

379/2012 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Divisa – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) A versão do DCP (versão 1) não confere com a do PDD (versão 6), embora ambos apresentem data de 06/06/2012. Foram encontradas, também, informações não coincidentes entre o PDD e o PDC. Solicita-se enviar o Documento de Concepção do Projeto (DCP) à CIMGC após efetuar revisão completa do mesmo.

b) O Anexo III demonstra de forma não satisfatória as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável nos itens a, b e c, a saber:

- **Contribuição para a sustentabilidade ambiental local** – Este item deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciadas pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. Tal comparação com um cenário de referência não foi apresentada. O Anexo III compara os impactos de PCHs com grandes hidrelétricas, citando algumas vantagens, sem apresentar quais seriam as contribuições para a sustentabilidade local. São apresentados alguns programas que serão desenvolvidos para satisfazer exigências legais ambientais do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), além de atender às exigências de legislações ambientais complementares estaduais e do setor elétrico brasileiro. Atender a requisitos legais é condição mínima necessária, para qualquer tipo de empreendimento, não significando necessariamente contribuição para a sustentabilidade local.

- **Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos** – Este item deve avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. O Anexo III apresenta tal avaliação ao estimar a criação de 300 empregos durante o período de construção e que haverá a criação de postos de trabalho formais, que na ausência do projeto não seriam abertos. Entretanto, deveria apresentar, também, o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis.

- **Contribuição para a distribuição de renda** – Este item deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência. O Anexo III considera que a implantação da PCH Maracanã beneficiará os moradores da região que, indiretamente, obterão melhoria de renda devido à arrecadação de diversos tipos de impostos. Tal consideração é genérica para moradores da região, isto é, não identifica benefícios socioeconômicos em relação a um cenário de referência. O Anexo III afirma também que o projeto contribui com a distribuição de renda pela maior disponibilidade de energia elétrica, a qual promove o aquecimento da economia local e da indústria nacional, que por sua vez está atrelado ao fornecimento de equipamentos e às obras civis realizadas. Porém, a energia gerada será disponibilizada ao SIN e não

diretamente ao município, sendo que os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda não é clara na afirmação.

c) Apresentar documentos que atestem os Senhores Roberto Anselmo Rubert e Clóvis Badaró como representantes legais da Divisa Energia S.A. e da Carbon do Brasil Consulting Empresarial Ltda., respectivamente.

380/2012 – Parque Eólico Acaraú II - 39 MW, Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

- a) Encaminhar versão impressa das Licenças de Instalação 799/2010 e 571/2010, uma vez que as mesmas foram apresentadas apenas por meio eletrônico; e
- b) Encaminhar protocolo de solicitação de renovação das licenças de instalação dos Parques Eólicos Central Geradora Eólica Lagoa Seca e Central Eólica Vento do Oeste (meio impresso e eletrônico).

381/2012 – Parque Eólico Acaraú I - 147 MW, Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

- a) Apresentar o *Validation Report* devidamente assinado pela EOD responsável.
- b) As datas das versões do Relatório de Validação e do *Validation Report* não coincidem.
- c) A sigla de Documento de Concepção de Projeto (DCP) é informada erroneamente (DPC) em várias páginas do relatório de validação (versão em português). Solicita-se encaminhar versão corrigida à CIMGC.
- d) Encaminhar à CIMGC os protocolos de solicitação de renovação das licenças já vencidas ou que devem expirar dentro do período de 120 dias.

382/2012 – Parque Eólico Aracati - 25,5 MW, Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

- a) O *Validation Report* contém diversas mensagens “Erro! Fonte referência não encontrada”, o que deve ser corrigido. Algumas informações contidas na página 2 desta versão estão ilegíveis devido ao fato de o controle de alterações não ter sido retirado da versão do documento entregue para análise. Além disso, a numeração das páginas indicada no índice não corresponde ao real. O proponente deve considerar o disposto no inciso III, do art. 3º, da Resolução nº 1 da CIMGC, de 11 de setembro de 2003, o qual determina que para obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso, “o relatório de Entidade Operacional Designada, autorizada a operar no país, conforme o art. 4º, de validação da atividade de projeto na forma a ser submetida ao Conselho

Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

b) A versão em português do Relatório de Validação apresenta data diferente daquela informada na versão em inglês.

c) Considerando que a Licença Ambiental de Instalação terá sua vigência expirada em 04/10/2012, solicita-se encaminhar à CIMGC o protocolo de solicitação de regularização do licenciamento ambiental do empreendimento.

d) No Anexo III, solicita-se inserir a figura que apresenta dados de potencial eólico do Brasil, mencionada no parágrafo segundo do item d.

384/2012 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectadas à rede elétrica: Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar e Chuí – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) Reapresentação do Anexo III para atendimento das seguintes exigências:

- as afirmações referentes ao benefício do empreendimento em detrimento da instalação de “possíveis plantas de geração de energia, inclusive aquelas movidas a combustíveis fósseis” não constitui contribuição para a sustentabilidade local, na medida em que, além de não garantir que plantas movidas a combustíveis fósseis serão substituídas pelo empreendimento, os poluentes que possivelmente deixarão de ser emitidos têm impacto maior que meramente local;
- não foi feita qualquer especificação sobre a política de sustentabilidade das empresas Eletrobrás que corroborassem a contribuição para a sustentabilidade ambiental local e de que forma se pretende equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental.
- no tocante à contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos, o documento não faz uma comparação do quadro atual das condições de trabalho na região em que estão localizadas as plantas eólicas de modo que se pudesse aferir a contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho (que sequer são citadas no documento). Neste item, deve-se explicitar como a atividade de projeto irá contribuir para o desenvolvimento das condições de trabalho. Por exemplo, avaliar de modo qualitativo e compromisso do projeto com as responsabilidades sociais e trabalhistas;
- No item d, entende-se como pertinente melhor detalhar como a atividade de projeto contribuirá para o quesito capacitação, caso haja programas nesse sentido.

b) Reapresentar o Documento de Concepção (versão em português) com correção do texto da equação 4, página 24, o qual encontra-se ilegível.

c) Conforme apresentado na seção D do DCP, a licença dos parques MINUANO I e II venceu em 29 de junho de 2012. Solicita-se que seja apresentada cópia da licença válida.

385/2012 - Projeto de Gás do Aterro CGR Catanduva – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) Reapresentar o DCP corrigido, em português, atendendo às seguintes observações:

- na página 2 do DCP onde está escrito “A atividade do projeto inclui duas fases: A primeira fase (2013 ate 2015) será destinada à captação e queima. A segunda fase (2016 ate 2037) será a implementação de uma planta de geração de energia que usará o para gerar eletricidade”. A expressão sublinha indica erro/falta de palavra e consequentemente falta de sentido;
- na página 2, último parágrafo, onde está escrito “A unidade geradora de energia compreenderá de grupos geradores a LFG com altos padrões de desempenho”. Não cabe o uso do “de”; talvez melhor expressar como “será compreendido por grupos geradores;
- no final da página 13 do DCP, onde está escrito “A eletricidade seria gerada na rede”. Eletricidade não se gera na rede, a eletricidade gerada é enviada/colocada/jogada na rede; é uma tradução literal do que está no texto em que inglês (PDD), que por sua vez é igual ao que está no sítio da internet da UNFCCC sobre a metodologia aqui descrita;
- na página 17 do DCP : onde tem “Barreira de investimento: A implementação do Cenário 2 (Coleção e destruição de biogás em queimadores fechados + geração ...”, em relação as palavras sublinhadas, melhor seria escrever coleta e queima;
- no final da página 17 do DCP: onde está escrito “Como demonstrado no fluxo de caixa, o investimento total na coleta e destruição do sistema de LFG é kR\$ 3.843.783,80...” Não há porquê o uso do “k” antes do valor investimento em R\$; O mesmo kR\$ foi encontrado no final da página 21;
- na página 18: “Step 2b: Eliminação dos cenários...”. Onde está step deveria ser passo2b;
- na página 15, onde tem “Os participantes do projeto irão monitorar todas as políticas e circunstâncias relevantes no início de cada período de obtenção de créditos e ajustar a linha de base de acordo”. Uso da expressão de acordo é acompanhado de com, de acordo com (algo ou alguém);
- no final da página 17, onde está escrito “Os componentes da recolha e actividade destruição do sistema de biogás...”. Poderia ser melhor entendido se escrito “Os componentes do sistema de coleta e destruição do biogás”;

- na página 18, onde está escrito “A taxa de desconto usada para esta análise foi o valor apontado no Apêndice A (Grupo 1 - Brasil) das “Diretrizes sobre a avaliação da análise de investimentos” - versão 05”. Deveria citar de onde vem o Apêndice A (do Relatório EB 62 do Conselho Executivo do MDL), tanto no DCP quanto no PDD;
- na página 24 (na primeira linha), onde tem “... redução é muito grande para qualquer tipo de projeto que tem uma estimativa de investimento fiável ...” O correto seria dizer viável;
- na página 24, onde está escrito “A tabela abaixo mostra o preço da electricidade para os leilões alternativos realizadas no Brasil “; deveria ser leilões de energias alternativas;
- uso recorrente da palavra electricidade ao invés de eletricidade; e de actividade ao invés de atividade;
- ao longo de todo o texto foi usada a sigla SWDS referente a Solid Waste Disposal Site se referindo a Local de disposição final do resíduo sólido, no entanto essa sigla não foi explicada no início do texto, causando assim problemas de entendimento; e
- ainda referente a sigla citada SWDS, na página 50, usa a sigla sem explicação e ainda inclui a palavra *site* do inglês, ao invés de usar sítio ou local.

b) Há informações divergentes entre as versões em português e em inglês do Relatório de Validação, evidenciando problemas de tradução e gerando problemas de entendimento, como, por exemplo:

- na página 2 (versão em português), no final do Resumo, está escrito "ACM001 (versão 13.0.0)", quando deveria ser "ACM0001 (versão 13.0.0)";
- afirma-se, em português, na página 24, que "Durante a validação, alguns pedidos (SAC 3, 4 e 5. Also SE13) foram levantados com relação à abrangência do plano de monitoramento". Observa-se que a palavra Also não foi traduzida para o português;
- embora tenham sido realizadas 19 Ações de Esclarecimentos (SEs), observou-se que, especificamente no final da página 61 e começo da página 62, houve repetição da SE18, quando deveria ser SE18 e SE19;
- não consta assinatura do validador na versão em inglês;
- não foi informada a data da Revisão na página 3, em ambas as versões;
- os itens apresentados no índice não apresentam numeração de páginas correspondentes (em ambas as versões).

- as páginas 2 e 3 da versão em português apresentam diversas palavras em inglês;
- c) Não consta o Código de Endereçamento Postal (CEP) na Declaração do Responsável pela Comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC.
- d) Encontra-se nos anexos a Licença de Operação descrita no DCP/PDD, porém a numeração apresentada na documentação não confere com o nº da licença. O nº verdadeiro da LO é 14004618.
- e) No Anexo III, item c, é desejável maior detalhamento como a atividade de projeto contribuirá para a distribuição de renda, avaliando os efeitos diretos e indiretos na população local.
- f) No Anexo III, item e, abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

386/2012 - Projeto de MDL Plantas de Energia Eólica Aratuá I e Miassaba II – A Comissão deliberou pelo **cancelamento** da sua submissão, considerando:

- a) o disposto no inciso III, do art. 3º, da Resolução nº 1 da CIMGC, de 11 de setembro de 2003, o qual determina que para obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso, “o relatório de Entidade Operacional Designada, autorizada a operar no país, conforme o art. 4ª, de validação da atividade de projeto na forma a ser submetida ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em português” (grifo nosso);
- b) que consta na documentação da atividade de projeto, ora em análise, um Relatório de Validação (revisão nº 1, de 17 de abril de 2012) desenvolvido com base na **versão 2, de 13 de março de 2012 do Project Design Document (PDD)** que aplicou a **versão 12.3.0** da metodologia de linha de base ACM002; e
- c) que o *Project Design Document* (PDD) apresentado para análise da CIMGC refere-se à **versão 3, de 20 de junho de 2012**, no qual foi utilizada a Metodologia de linha de base e monitoramento ACM002, **versão 13.0.0**.

d) verifica-se que o relatório de validação apresentado não está de acordo com disposto no art. 3º, inciso III, da Resolução nº 1 da CIMGC.

387/2012 - Projeto de Gás de Aterro Macaúbas – deliberou pelo **cancelamento** da sua submissão, considerando:

a) O disposto no inciso III, do art. 3º, da Resolução nº 1 da CIMGC, de 11 de setembro de 2003, o qual determina que para obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso, “o relatório de Entidade Operacional Designada, autorizada a operar no país, conforme o art. 4ª, de validação da atividade de projeto na forma a ser submetida ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em português” (grifo nosso);

b) O PDD apresentado para análise da CIMGC é a versão de nº 02 de 07/07/2012 enquanto o DCP refere-se à versão nº 02 de 26/05/2012;

c) O Relatório de Validação (versão em inglês) refere-se à versão 2 do PDD, sem especificar a data do mesmo, prejudicando a análise para realização deste parecer;

d) O Relatório de Validação (versão em inglês) apresenta textos grifados de amarelo, não especifica a data em que foi realizado e não contém assinatura do responsável pela validação.

388/2012 - Projeto de Gás de Aterro CTR Rosário – A Comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão** para atender às seguintes exigências:

a) Apresentar esclarecimentos quanto a situação ambiental da atividade de projeto, uma vez que consta na documentação analisada, apenas uma cópia da Licença Ambiental de Instalação nº 225/2011, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, com validade até 11/10/2012, para a empresa: URCD Ilha Grande Comércio e Construção Ltda., CNPJ 10.590.725/0001-30. Considerando o CNPJ da

participante Vital Engenharia Ambiental, confirmado junto ao sítio da Receita Federal (CNPJ 02.536.066/0001-26), não foi possível comprovar qualquer relação entre a LI mencionada e a atividade de projeto analisada.

b) Encontra-se nos anexos a Licença de Instalação descrita no PDD. No DCP, incorretamente, informa-se que o documento seria uma “Licença de Operação”. Solicita-se retificação.

c) A Licença de Instalação apresentada possui validade até 11/10/2012. Assim sendo, solicita-se o envio de documento comprovando solicitação de prorrogação da mesma ou de documento comprovando solicitação de uma Licença de Operação.

d) No Anexo III, item c, é desejável maior detalhamento como a atividade de projeto contribuirá para a distribuição de renda, avaliando os efeitos diretos e indiretos na população local.

e) No Anexo III, item e, abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

389/2012 - Uso de carvão vegetal para plantações de biomassa renováveis como agente Redutor na Usina de Ferro- Gusa da Arcelor de Juíz de Fora, Brasil – A Comissão deliberou que o mesmo fosse aprovado **com ressalvas** para atender às seguintes exigências:

a) Reapresentar o Documento de Concepção de Projeto (DCP) com as seguintes correções:

- a tradução da ferramenta utilizada para a metodologia AM0041 precisa ser corrigida, onde está escrito: “*Uma ferramenta combinada para identificar o cenário de linha de base e fazer demonstrações adicionais*”, corrigir para: “Ferramenta combinada para identificar o cenário de linha de base e demonstrar adicionalidade”;
- existe erro de tradução também para a metodologia “Ferramenta para calcular as emissões de CO₂ do projeto ou das fugas decorrentes da queima de combustíveis fósseis” que se encontra erroneamente traduzida como: “Ferramenta para calcular *a projeção ou vazamento das emissões de CO₂*”;
- existe erro na tradução da ferramenta “Estimativa das emissões diretas de óxido nitroso a partir da fertilização nitrogenada” que foi traduzida como: “Estimativa das emissões diretas de óxido nitroso *da fertilização por nitrogênio*”;
- a versão do DCP informada é a 2,7, o que difere da versão do PDD (2.7).

b) O PDD e o DCP fazem menção a um Anexo 5 no qual encontram-se listados os municípios envolvidos na Atividade de Projeto. Entretanto, o referido anexo não foi apresentado. Encaminhar esta documentação (em meio impresso e eletrônico) em português (referente ao DCP) e em inglês (referente ao PDD).

c) Enviar o PDD tanto meio impresso, quanto em meio eletrônico sem as marcas de comentários conforme foi apresentado.

d) O Relatório de Validação em sua versão em inglês refere-se à Revisão nº 1, de 11 de julho de 2012, enquanto que o Relatório de Validação traduzido para o português refere-se à Revisão nº 1, de 07 de julho de 2012. Solicita-se correção.

e) O Relatório de Validação em português omitiu o penúltimo parágrafo do item Sumário Executivo – Opinião de Validação apresentado na página 1 da versão em inglês. Solicita-se correção.

f) O Relatório de Validação em português, na página 2, repete o último parágrafo do item Sumário Executivo – Opinião de Validação. Solicita-se correção.

g) Relatório de Validação em português, página 15, a “Figura 1 – Tabelas de protocolo de validação” não foi apresentada, está em branco. Solicita-se correção.

h) O Anexo III **não** mostra de forma clara e objetiva, as contribuições específicas que a atividade de projeto poderá trazer para o desenvolvimento sustentável. Solicita-se enviar à CIMGC o anexo III elaborado de acordo com instruções disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/320869/Contribuicao_para_o_Desenvolvimento_Sustentavel.html.

i) Ausência de cópias das cartas-convite, tanto no meio impresso, quanto em meio eletrônico. Parte dos Avisos de Recebimento (ARs), cópias impressas e em meio eletrônico, não estão legíveis. Além disso, não foram enviadas cópias da parte da frente de todas as ARs, onde é possível verificar a data de postagem das cartas-convite aos destinatários. Solicita-se encaminhar documentação correta.

j) Em relação às Declarações Obrigatórias:

- a Declaração dos Participantes do Projeto relativa à Conformidade com a Legislação Ambiental não está assinada pelo representante legal do Instituto Totum, conforme determinado na p.26 do Manual de Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL à CIMGC, o qual se encontra disponível no seguinte link: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/37142.html>;
- a Declaração dos Participantes do Projeto relativa à Designação do Responsável para Contato com a Secretaria Executiva da CIMGC não está assinada pelo representante legal do Instituto Totum. Instruções para elaboração desta declaração encontram-se na página 25 do Manual de Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL à CIMGC, [acima](#) mencionado.
- a Declaração dos Participantes do Projeto relativa à Conformidade com a Legislação Trabalhista não está de acordo com o modelo apresentado na página 27 do Manual de Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL à CIMGC, [acima](#) mencionado.
- salientamos que todas as Declarações devem ser assinadas por todos os participantes nacionais. Cada um dos participantes que assina as declarações deve

encaminhar documento que comprove sua legitimidade para tal (veja complemento da Resolução nº 7 da CIMGC, disponível no link :
http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/336418/Complemento_da_Resolucao_n__7_de_05_de_marco_de_2008.html.

3. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.

- 390/2012 - Projeto da CGA Iperó para Gás de Aterro e Geração de Energia da Proactiva – **Recebido em 14/08/2012;**
- 391/2012 - Usina Eólica Dunas de Paracuru – **Recebido em 21/08/2012;**
- 392/2012 - Projeto da Central Geradora Eólica de Osório 3 (PCGEO3) – **Recebido em 27/08/2012;**
- 393/2012 - Atividade de projeto MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Complexo Toropi – **Recebido em 28/08/2012;**
- 394/2012 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectada à rede elétrica: Parque Eólico Bons Ventos da Serra I – **Recebido em 30/08/2012;**
- 395/2012 - Uso do carvão vegetal de biomassa renovável originária de plantios florestais para produção de ferro-gusa na Vallourec & Mannesmann do Brasil – **Recebido em 03/09/2012;**
- 396/2012 - Projeto de gás de aterro CPTR Marituba – **Recebido em 10/09/2012;**
- 397/2012 - Projeto de gás de aterro da ITVR São Leopoldo – **Recebido em 10/09/2012;**
- 398/2012 - Projeto de gás de aterro da CTR da Caturrita – **Recebido em 11/09/2012;**
- 399/2012 - Projeto de gás de aterro Rio Grande – **Recebido em 11/09/2012;**
- 400/2012 - Projeto de gás de aterro CPTR Puxinanã – **Recebido em 11/09/2012;**
- 401/2012 - Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro – **Recebido em 11/09/2012;**
- 402/2012 - Projeto de gás de aterro CTDR Bob Ambiental – **Recebido em 11/09/2012;**
- 403/2012 - Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica Parque Eólico Morro dos Ventos fase 2 – **Recebido em 12/09/2012;**
- 404/2012 - Projeto da Central Geradora Eólica de Força (PCGEF) – **Recebido em 12/09/2012;**
- 405/2012 – Projeto MDL da PCH Itaguaçu (JUN 1146),Brasil – **Recebido em 12/09/2012;**
- 406/2012 – Projeto de Gás de Aterro do CTR Feira de Santana – **Recebido em 12/09/2012;**
- 407/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Piratininga – **Recebido em 12/09/2012;**

- 408/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Itaboraí – **Recebido em 12/09/2012;**
- 409/2012 – Projeto de Gás de Aterro CTR Maceió – **Recebido em 12/09/2012;**
- 410/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Aracaju – **Recebido em 12/09/2012;**
- 411/2012 – Projeto de Gás de Aterro ESTRE Iguaçu – **Recebido em 12/09/2012;**
- 412/2012 – Projeto de Gás de Aterro CTR Teresina – **Recebido em 12/09/2012;**
- 413/2012 – Parques Eólicos Cristal II – **Recebido em 13/09/2012;**
- 414/2012 – Parques Eólicos Serra Azul – **Recebido em 13/09/2012**
- 415/2012 – Parques Eólicos Cristal, Primavera e São Judas – **Recebido em 13/09/2012;**
- 416/2012 – Parques Eólicos Curva dos Ventos – **Recebido em 13/09/2012;**
- 417/2012 – Parques Eólicos Fontes dos Ventos – **Recebido em 13/09/2012; e**
- 418/2012 – Parques Eólicos El Modelo – **Recebido em 13/09/2012.**

8. Síntese da Análise dos projetos:

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
328 - Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I	Revisão	Aprovado
340 - Atividade de Projeto do MDL da Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba.	Revisão	Aprovado com ressalvas
352 - Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos	Revisão	Revisão
353 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais	Revisão	Aprovado
355 – PoA AWMS	Revisão	Aprovado
356 – Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas do Rio Braço do Norte	Revisão	Aprovado com ressalvas
360 - Projeto de Biogás de Aterro para Energia em Natal	Revisão	Aprovado
365 - Atividade de Projeto do Complexo de Energia Eólica do Rio Grande do Norte e Ceará.	Revisão	Aprovado
366 – Projeto MDL das PCHs Jorge Dreher e Henrique Kotzian	Submetido	Aprovado com ressalvas
367 – Usina Eólica Pelado	Submetido	Revisão
368 – Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Gabriela e Planalto	Submetido	Revisão
369 – Redução de emissões de GEE na produção de suínos através da instalação de sistemas de compostagem	Submetido	Aprovado com ressalvas

370 – Projeto de MDL DAS Pequenas Centrais Quartel I, II, e III	Submetido	Aprovado
371 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica do Salto do Cafesoca	Submetido	Revisão
372 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP)	Submetido	Revisão
373 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca	Submetido	Submissão cancelada
374 – Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica São Sebastião	Submetido	Aprovado com Ressalvas
375 – Geração de eletricidade a partir de fonte eólica conectada ao sistema elétrico no âmbito do Programa de Atividades no Brasil	Submetido	Revisão
376 - Projeto de biogás para energia Controeste	Submetido	Aprovado com ressalvas
377 – Projeto Carbonização-Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da V&M Florestal, Minas Gerais, Brasil	Submetido	Aprovado com ressalvas
378 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Maracanã	Submetido	Revisão
379 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Divisa	Submetido	Revisão
380 – Parque Eólico Acaraú II - 39 MW, Brasil	Submetido	Aprovado com ressalvas
381 – Parque Eólico Acaraú I - 147 MW, Brasil	Submetido	Revisão
382 – Parque Eólico Aracati - 25,5 MW, Brasil	Submetido	Revisão
384 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectadas à rede elétrica: Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar e Chuí	Submetido	Aprovado com ressalvas
385 - Projeto de Gás do Aterro CGR Catanduva	Submetido	Aprovado com ressalvas
386 - Projeto de MDL Plantas de Energia Eólica Aratua I e Miassaba II	Submetido	Submissão cancelada
387 - Projeto de Gás de Aterro Macaúbas	Submetido	Submissão cancelada
388 - Projeto de Gás de Aterro CTR Rosário	Submetido	Revisão
389 - Uso de carvão vegetal para plantações de biomassa renováveis como agente Redutor na Usina de Ferro- Gusa da Arcelor de Juíz de Fora, Brasil	Submetido	Aprovado com ressalvas
390 - Projeto da CGA Iperó para Gás de Aterro e Geração de Energia da Proactiva	Recebido	Submetido
391 - Usina Eólica Dunas de Paracuru	Recebido	Submetido
392 - Projeto da Central Geradora Eólica de Osório 3 (PCGEO3)	Recebido	Submetido
393 - Atividade de projeto MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Complexo Toropi	Recebido	Submetido
394 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectada à rede elétrica: Parque Eólico Bons Ventos da Serra I	Recebido	Submetido
395 - Uso do carvão vegetal de biomassa renovável originária de plantios florestais para	Recebido	Submetido

produção de ferro-gusa na Vallourec & Mannesmann do Brasil		
396 - Projeto de gás de aterro CPTR Marituba	Recebido	Submetido
397 - Projeto de gás de aterro da ITVR São Leopoldo	Recebido	Submetido
398 - Projeto de gás de aterro da CTR da Caturrita	Recebido	Submetido
399 - Projeto de gás de aterro Rio Grande	Recebido	Submetido
400 - Projeto de gás de aterro CPTR Puxinanã	Recebido	Submetido
401 - Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro	Recebido	Submetido
402 - Projeto de gás de aterro CTDR Bob Ambiental	Recebido	Submetido
403 - Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica Parque Eólico Morro dos Ventos fase 2	Recebido	Submetido
404 - Projeto da Central Geradora Eólica de Força (PCGEF)	Recebido	Submetido
405 - Projeto MDL da PCH Itaguaçu (JUN 1146), Brasil	Recebido	Submetido
406 - Projeto de Gás de Aterro do CTR Feira de Santana	Recebido	Submetido
407 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Piratininga	Recebido	Submetido
408 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Itaboraí	Recebido	Submetido
409 - Projeto de Gás de Aterro CTR Maceió	Recebido	Submetido
410 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Aracaju	Recebido	Submetido
411 - Projeto de Gás de Aterro ESTRE Iguaçu	Recebido	Submetido
412 - Projeto de Gás de Aterro CTR Teresina	Recebido	Submetido
413 - Parques Eólicos Cristal II	Recebido	Submetido
414 - Parques Eólicos Serra Azul	Recebido	Submetido
415 - Parques Eólicos Cristal, Primavera e São Judas	Recebido	Submetido
416 - Parques Eólicos Curva dos Ventos	Recebido	Submetido
417 - Parques Eólicos Fontes dos Ventos	Recebido	Submetido
418 - Parques Eólicos El Modelo	Recebido	Submetido

Dr. Sanderson perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e, como não houve manifestação, declarou encerrada, às 16h30, a 70ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. A próxima reunião ficou agendada para o dia 08/11/2012.